

Justiça Federal abre ação contra mulher do deputado Paulinho da Força

A Justiça Federal em São Paulo abriu Ação Penal contra Elza de Fátima Costa Pereira, mulher do deputado Paulinho da Força (PDT-SP), por suposto crime de lavagem de dinheiro. A informação é do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ela foi investigada na Operação Santa Tereza, da Polícia Federal, por desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O processo foi aberto na sexta-feira (12/6) por decisão da juíza Silvia Maria Rocha, titular da 2ª Vara Federal, especializada em processos sobre crimes financeiros e ocultação de valores ilícitos. Silvia acolheu denúncia que a Procuradoria da República apresentou em aditamento à acusação principal contra outros 13 réus, alvos de processo já em curso na 2ª Vara.

Elza será citada para responder a acusação em um prazo de 10 dias. Nessa nova denúncia, a Procuradoria da República aponta a mulher do deputado como integrante de organização que obtinha aprovação de financiamentos do BNDES para empresas e prefeituras por meio da exploração de prestígio político. Depois do feito, ela cobrava comissão de 2% a 4% do valor global do empréstimo, segundo a acusação.

A Polícia Federal suspeita que Paulinho teria sido beneficiário da trama. Ele está sob investigação do Supremo Tribunal Federal. Um rastreamento bancário revela que o lobista João Pedro de Moura, ex-assessor de Paulinho e ex-integrante do Conselho de Administração do BNDES, depositou R\$ 37, 5 mil na conta corrente da Meu Guri, ONG presidida por Elza. "As investigações apontaram que Elza de Fátima Pereira, de forma livre e consciente, aderiu à conduta do acusado (Moura)", assinala a Procuradoria. Segundo a denúncia, Elza permitiu "a utilização de conta corrente sob sua administração para a ocultação de valor de procedência ilícita".

A juíza Silvia Rocha também abriu ação contra o ex-prefeito de Praia Grande (SP), Alberto Mourão (PSDB), por peculato e corrupção passiva. A procuradora Adriana Scordamaglia sustenta que "foram apuradas fraudes" em pelo menos dois financiamentos, um dos quais concedido à Prefeitura de Praia Grande (SP) no valor de R\$ 124 milhões. "De cada R\$ 20 milhões liberados pelo BNDES em favor da prefeitura de Praia Grande, R\$ 400 mil eram desviados e divididos entre os membros da quadrilha", acusa a procuradoria.

O criminalista Antonio Claudio Mariz de Oliveira que defende do ex-prefeito reagiu à acusação. "Não há nenhum elemento probatório que incrimine Alberto Mourão. Os recursos do BNDES foram devidamente aplicados em projetos para os quais haviam sido destinados", afirmou.

Date Created

15/06/2009